

EDITORIAL

Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional em seu volume 4, número 8, aborda a temática da educação ante os movimentos sociais do campo. O tema abre a possibilidade de uma breve reflexão sobre os movimentos populares e suas características em determinadas situações históricas. A leitura que sustenta esse editorial tem como base os escritos de Antonio Gramsci (Cadernos do Cárcere) que, entre os vários temas por ele abordados, e com relevância no contexto da formação das relações de hegemonia, está a cultura popular. Por que retomar a noção de cultura popular na diversidade de temas propostos por Gramsci? Primeiro, porque entendemos que os atuais movimentos sociais do campo fazem parte de um conjunto de relações de força que confrontam domínio e resistência no contexto de uma política neoliberal que não contempla as reivindicações populares; segundo, porque hoje mais do que nunca se percebe que a política se funda e se produz em relações culturais, muitas vezes referendadas por um processo de educação.

Dentro dessa perspectiva, a pergunta que se faz é como se produz a cultura popular, ou seja, o que é efetivamente produzido pelas classes populares e o que é apresentado e a elas veiculado. Para responder cabe a análise de situações concretas, que não faremos aqui por ser o objetivo de escritos desse número do periódico. Retomamos alguns aspectos que consideramos importantes e atuais do pensamento que aqui tomamos como referencial: no entender de Gramsci, a cultura popular manifesta um modo de pensar que se evidencia no senso comum, composta de uma forma a qual o autor chama "folclore", entendido como um conjunto fragmentado e incoerente de conhecimentos e de "filosofia", correspondente a certa sistematização coerente do conhecimento a partir dos referenciais hegemônicos.

Precisamente por não ser sistematizado, o senso comum esconde, no cotidiano dos trabalhadores, o antagonismo entre o pensamento e a ação: muitos elementos do pensamento dominante e da história da cultura são assimilados de modo acrítico apresentando-se na diversidade de idéias, muitas vezes opostas entre si e em contradição com a sua prática cotidiana. A questão mais importante é que Gramsci identifica na prática cotidiana dos trabalhadores os germens de uma nova concepção de mundo; se tornados conscientes esses germens implícitos poderiam ser

o elemento de superação (no sentido de passagem que conserva em si o momento anterior, com novo significado) do pensamento fragmentado e dos valores e idéias que provém tanto do passado mais remoto quanto do ideário das classes que detém o poder. A formação dessa consciência se traduziria em autonomia política e histórica. Aplicando essa leitura ao contexto político contemporâneo, pode-se dizer que as classes populares assimilam sem crítica um modo de pensar que lhes é “imposto” (sem darem conta disso) por meio da comunicação cotidiana de massa. Por outro lado, elaboram também sem crítica um modo de ser que se enraíza na tradição ou na sua prática (Gramsci cita em carta o camponês da Sardenha, que lia grandes romances para buscar frases de efeito, que ele repetia no seu cotidiano para impressionar os amigos); as ações cotidianas são criativas e apresentam um conhecimento muito rico e peculiar da realidade (cultura popular) e que poderia servir de base para efetivar novas formas de resistência política se esse pensamento fosse sistematizado e tornado coerente.

Para melhor compreender essas colocações, retomamos, em linhas gerais, o conceito gramsciano de hegemonia, que encontramos em vários momentos dos Cadernos, a propósito da análise de situações históricas diversas, que vão desde a Revolução Francesa até a ascensão do fascismo na Itália. Trata-se de um conceito que se refere a um conjunto de relações políticas fundadas no domínio consolidado por uma constante “direção intelectual e moral” exercida por intelectuais (no caso atual, principalmente pelos meios de comunicação de massa). Um grupo social é dominante não tanto quando submete pela força armada, mas quando convence outros grupos a submeter-se à sua liderança política e quando consegue que as classes dominadas assimilem o seu modo de pensar. Essa análise das relações políticas é fundamental para a compreensão das relações de poder, acentuando a importância da direção intelectual e moral tanto voltada à conquista quanto ao exercício do poder e da formação cultural para a construção de novas relações políticas. Assim, às classes dominadas, a política se sedimenta na formação de uma consciência crítica que possibilite a compreensão do conjunto de relações de forças vigentes e garanta ao coletivo a clareza dos objetivos a alcançar, o que depende em grande parte da elaboração de um novo modo de pensar. Nas condições de capitalismo avançado, essa direção precisa ser alcançada antes de se conquistar o poder governamental e deve tornar-se contínua no curso do exercício do poder.

A luta por novas relações de hegemonia e de uma nova gestão social implica ativar os mecanismos de educação e difundir o saber e a experiência de modo independente e autônomo, isto é, definindo novos parâmetros de cultura fundada na experiência popular, meio eficaz de formação de uma consciência crítica. Essa abordagem do tema, que Gramsci faz já nos anos de militância política anteriores à sua prisão nos cárceres fascistas, mostra a importância da cultura para os trabalhadores, no contexto de sua luta política. A definição de educação, entendida nesse período como uma superação das condições impostas pela ordem burguesa traduzida na prática educativa hierárquica, mantida por uma disciplina mecânica e autoritária, que exclui o compromisso e a responsabilidade do indivíduo com a coletividade, amplia-se nos Cadernos do Cárcere com a valorização da cultura popular como mecanismo de luta política.

Para os trabalhadores a hegemonia consiste em criar os mecanismos de direção política e de participação efetiva e consciente, fato que implica em formar seus próprios intelectuais e elaborar uma teoria política comprometida com transformações radicais, para refletir e criticar as contradições que perpassam seu cotidiano. A partir dessa leitura, os movimentos sociais do campo podem assumir, além do seu significado político, uma abrangência cultural relevante, na qual se pode inserir o discurso da educação. Esta tem um significado essencialmente político, no qual não se pode negar todo o conhecimento historicamente produzido, mas se deve retomá-lo para superá-lo, isto é, conservar em si o momento anterior, com nova significação dada no movimento de organização política. Apropriar-se do conhecimento significa, entre outros fatores: compreender a organização cultural de um país em um determinado momento histórico, as relações internacionais e a reciprocidade entre as nações num momento de política neoliberal global e sua interferência no conjunto das relações políticas, econômicas e culturais do nosso país; a formação das concepções de mundo que orientam a vida dessa sociedade, a atividade das instituições culturais nesse processo de formação e, principalmente, os elementos inovadores presentes na prática cotidiana das classes populares.

Essa breve exposição sobre a noção de cultura popular, enquanto processo de construção da hegemonia no contexto do escritos de Gramsci, poderia ser aprofundada salientando-se,

por exemplo, o significado peculiar de "popular" que ressalta de seus escritos: quando se pergunta sobre qual literatura pode ser considerada popular, Gramsci se refere a grandes clássicos como Dostoiévski, Goldoni, entre outros, esclarecendo que esses autores são populares porque trataram de assuntos universais, contribuindo para torná-los de amplo conhecimento, como as noções de liberdade, democracia, etc. Se levarmos em conta que o conhecimento é dinâmico, fruto da constante interlocução dos homens entre si e com o pensamento historicamente produzido, o processo de educação das classes trabalhadoras precisa ser entendido na sua dimensão política, como processo de formação de uma consciência crítica que restitua aos trabalhadores os valores ético-políticos e o trabalho do pensamento; na medida dessa formação e da organização política, tais valores poderão ser restituídos em sua integridade a toda a sociedade. Esse conjunto que forma o conceito gramsciano de cultura popular só pode concretizar-se na luta pela hegemonia enquanto acirramento das contradições sociais e formação de mecanismos de resistência.

Embora conheçamos muito pouco dos movimentos sociais do campo, é isso que esperamos de suas lutas e de seu processo de educação. Muito dessa expectativa pode ser respondida com os artigos apresentados nesse número de nosso periódico. Outro tema importante abordado por alguns trabalhos aqui apresentados é o da alfabetização de adultos, na análise das diversas práticas que caracterizam as atividades atuais nesse campo. Esse é um dos problemas urgentes a resolver e que historicamente tem se caracterizado por constantes fracassos das políticas a ele dedicadas.

Quando se trata da alfabetização de adultos, a continuidade da aprendizagem no acompanhamento e no incentivo às leituras torna-se necessária para a consolidação do aprendizado, visto que o adulto esquece mais facilmente. A alfabetização também apresenta um caráter político importante que supera a imediatividade do exercício do direito de votar. Saber ler e escrever se torna uma das condições essenciais para a formação de uma identidade individual e para a emancipação política das classes trabalhadoras.

Nesse contexto, o empenho de profissionais da educação na implementação e continuidade do processo de alfabetização tem uma importância fundamental. Os trabalhos que aqui apresentamos visam a abrir um debate que se torna urgente nas condições atuais, visto que os avanços nessa área têm sido lentos. Na cultura

popular, encontram-se os elementos para a renovação da sociedade, desde que as classes dominadas tenham acesso à educação e ao conhecimento historicamente produzido; para isso, o primeiro passo tem que ser a alfabetização.

Num momento histórico em que um movimento nacional da educação do campo conquista lugar na cena política, é hora de indagar sobre qual experiência coletiva está em construção no país. São experiências coletivas que indagam as políticas tradicionais de educação e de organização agrícola; que fortalecem a noção de política pública como construção social e produzem tensões no cenário jurídico-político ainda influenciado pelo Estado patrimonialista que durante séculos predominou no Brasil.

De Paulo Freire ao MST, anos de luta se somaram por uma educação pública que reconheça os seus sujeitos – na singularidade e na coletividade. Movimentos Sociais que marcam a sociedade brasileira no urbano e no campo, que organizam experiências educativas fora do ambiente escolar com o intuito de ampliar o leque de conhecimento e de conscientização política da população.

De fato, como disse Karl Marx Os homens fazem a história e, a história de todas as sociedades é a história de classes, é a luta entre classes. O movimento da Educação do Campo; os movimentos ligados à educação de jovens e adultos; os projetos educativos entre tantas experiências em desenvolvimento no país constituem indícios de que a classe trabalhadora, ora mais organizada, ora mais dispersa, faz a história possível (e a quase impossível), mesmo diante de tantas barreiras políticas e jurídicas, particularmente.

Os textos apresentados no Caderno 8 dão provas de que é possível caminhar para uma outra sociedade; para uma educação emancipatória e que essa caminhada vem sendo feita pelos movimentos sociais do campo, com o apoio de intelectuais orgânicos, com a constituição de redes de movimentos sociais e com a interlocução com a universidade.

A intenção desta publicação é problematizar também a história da educação brasileira e nela os povos do campo e os povos que lutam pelo acesso e permanência na escola, como o segmento jovem e adulto. Trata-se de contribuir com a visibilidade de uma problemática ainda pouco debatida na academia brasileira.

Os textos permitem pensar a contribuição de Paulo Freire e de Antonio Gramsci para a educação e luta social; discutir a construção social de políticas públicas de educação, tanto as mais amplas

relacionadas aos povos do campo, quanto as mais específicas como é o caso da educação de jovens e adultos; analisar a formação de professores, na face inicial e continuada; indagar a respeito das práticas educativas em desenvolvimento no campo brasileiro.

Por fim, cabe relatar que este Caderno traz a colaboração de pesquisadores de expressividade no cenário nacional, tanto na discussão ampla sobre educação e movimentos sociais, quanto na atenção às particularidades da Educação do Campo e da EJA. Reúne pesquisadores das cinco regiões brasileiras, que vêm dedicando atenção aos movimentos sociais do campo; à educação do campo; à educação de jovens e adultos e à educação e movimentos sociais.

A reunião de todos esses pesquisadores comprova que as investigações sobre educação e movimentos sociais do campo tendem a crescer no país. Cada um dos autores, que aqui disponibilizaram os seus estudos, tem influenciado na geração de novos pesquisadores. Alguns são coordenadores reconhecidos nacional e internacionalmente na área; outros são jovens doutores que aos poucos organizam grupos de pesquisas nas universidades onde trabalham; outros ainda são recém-mestres que aos poucos se inserem em projetos de extensão; em processos de formação continuada de professores e buscam dar continuidade às pesquisas com os projetos de doutorado na área.

De Norte a Sul do Brasil, há um desenho expressivo de grupos de pesquisas dedicados aos movimentos sociais do campo. Um pouco da construção deles está registrado neste Caderno.

Pesquisadores que pouco se conhecem têm a possibilidade de se encontrar no olhar do outro, que é direcionado a um mesmo objeto de pesquisa e sujeito coletivo – o movimento social. Práticas coletivas podem ser adensadas no encontro de pessoas que fazem a diferença na história da educação, pessoas com disposição para potencializar a luta social. Seja por meio de pequenos atos, seja participando efetivamente do movimento nacional que indaga a educação e a concentração de renda no país é que gera experiência coletiva e com ela o indivíduo se modifica!

Anita Helena Schlesener
Editora
Maria Antônia de Souza
Organizadora